**MODELO CAVALEIRESCO DE DOM JUAN MANUEL E
CAVALARIA CASTELHANO-LEONESA NA PASSAGEM DO
SÉCULO XIII PARA XIV**

**CHIVALRIC MODEL OF DON JUAN MANUEL AND CASTILIAN-
LEONESE CHIVALRY ON THE PASSAGE FROM THE XIII TO
THE XIV CENTURY**

Olga Pisnitchenko

Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Neste artigo propomos a analisar os traços que a entidade cavaleiresca adquire nas obras de Dom Juan Manuel: *Libro del caballero y del escudero* e *Libro de los estados*. Para que a nossa abordagem seja mais ampla e não fique presa somente aos escritos de Juan Manuel, discutiremos alguns aspectos dos trabalhos que influenciaram o autor na sua opção por um modelo cavaleiresco elaborado a partir de preceitos religiosos, em detrimento a ideia construída pela corte de Alfonso X de uma entidade política submetida ao monarca. Desse modo trataremos de *Llibre de l'Orde de Cavalleria* de Raimundo Lúlio e Título XXI da Segunda Partida das *Siete Partidas* de rei Alfonso X, tentando compreender as razões das escolhas e interpretações que Dom Juan Manuel faz manejando estes dois modelos cavaleirescos, bastante distantes um de outro tanto no sentido político como espiritual.

Palavras-chave: Cavalaria, Dom Juan Manuel, *Siete Partidas*.

Abstract: In this article we propose to study the traces that the chivalric entity acquires in the works of Don Juan Manuel: *Libro del caballero y del escudero* and *Libro de los Estados*. In order to our analysis to be broader and not be tied to the writings of Juan Manuel we will discuss some aspects of the works that had influenced the author in his option for a chivalric model constructed from religious precepts to the detriment of the idea created by the court of Alfonso X of a political entity submitted to the monarch. In this aspect we will consider *Llibre de l'Orde de Cavalleria* by Raimundo Lúlio and Title XXI of the Second Partida of the *Siete Partidas* by King Alfonso X, trying to understand the reasons of the choices and interpretations that Don Juan Manuel makes managing these two chivalric models, quite distant from one another in the political as well as the spiritual sense.

Keywords: Chivalry, Don Juan Manuel, *Siete Partidas*.

Recebido em: 19/04/2017

Aprovado em: 05/07/2017

Pouco tempo atrás concluímos o estudo¹ no qual defendemos a ideia de que a cavalaria como uma ordem, cujos membros deveriam unir em si os valores morais e religiosos com as elevadas qualidades guerreiras, foi inserida no pensamento político do reino castelhano-leonês a partir do título XXI da Segunda Partida². O modelo cavaleiresco apresentado no código legislativo unificava várias estratificações da nobreza numa ordem cuja cabeça era o rei. Por um lado, todos os cavaleiros, inclusive o rei, estavam submetidos a um modelo comportamental único; por outro, o vínculo cavaleiresco que os unia por meio da investidura (critério indispensável de acordo com a lei para aderir à ordem de cavalaria) criava uma ligação hierárquica entre investidor e investido, estando o rei no topo desta hierarquia.

No entanto, o modelo cavaleiresco promovido pela voz régia não acabou sendo o único germinado nas terras castelhano-leonesas. Algumas décadas mais tarde, Dom Juan Manuel, sobrinho do rei Alfonso X, teoriza a respeito dos valores sociais cavaleirescos adotando o modelo cultural da corte de Sancho IV. Ele concebe a cavalaria distanciando-se do modelo alfonsino, que prioriza os vínculos com a terra, o senhor natural e aquele que investe o cavaleiro novel. A produção letrada de Dom Juan Manuel é a consequência direta de sua trajetória e, portanto, não pode ser enquadrada fora do ambiente político e social que a sustentaram. As primeiras iniciativas políticas do jovem filho do infante Dom Manuel correspondem aos primeiros anos da minoridade de Fernando IV, quando, desprovido do apoio militar das tropas castelhanas diante de invasão aragonesa, toma a decisão de entregar o reino de Murcia a Jaime II de Aragão, preservando, no entanto, o cargo de *Adelantado* maior de Murcia, delegado agora pelo rei aragonês. Consciente da predominância política e militar de Aragão em relação aos outros reinos peninsulares neste período, Dom Juan contrai matrimônio com uma das filhas de Jaime II, conseguindo deste modo o principal aliado para os seus empreendimentos futuros.

¹ PISNITCHENKO, O. *A Cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa*. Tese de doutorado. UFMG, Belo Horizonte, 2016.

² O título XXI da Segunda Partida nomeado *De los caballeros et de las cosas que les conviene de facer* concebe a cavalaria como uma ordem, introduzindo ela, pela primeira vez nesta qualidade, no discurso político castelhano-leonês.

ALFONSO X. *Las Siete Partidas del Rey Sabio don Alonso el nono* [sic] nuevamente glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de Indias de su Magestad. Salamanca. Año M.C.L.V. (Edição Fac-Símile). Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1985. 3v. Em diante: SIETE PARTIDAS.

Chegando ao auge de seu poder como tutor régio durante a minoridade de Alfonso XI e depois como sogro do jovem rei, inesperadamente se encontra traído e humilhado pelo desprezo do rei que tranca sua filha no castelo de Toro e arranja um novo matrimônio com a infanta portuguesa. Um dos mais poderosos homens de Castela reage rebelando-se contra seu rei para defender a sua honra e manter a dignidade do seu estado de filho de um infante. Ele declara guerra a seu senhor natural, arrasa os territórios cristãos e faz o acordo com o rei mouro de Granada. Submetido e expulso do âmbito político, Dom Juan se dedica à produção letrada que acabou se tornando a maior representação nobiliária do século XIV. Nessas obras, o poderoso senhor de Villena justifica as suas ações, defende as suas posturas e elabora uma ideologia cavaleiresca que supera os vínculos de dependência elaborados pelo Título XXI da *Segunda Partida*.

A razão e a graça no *Libro del cauallero y del escudero*

Para falar da produção escrita de Dom Juan Manuel, não podemos dispensar a lógica a partir da qual é constituído o raciocínio do autor, admitindo a primazia que Dom Juan atribui à razão: uma razão que está contida no conteúdo doutrinal e teológico de suas obras. A narrativa e os diálogos que se desenvolvem em torno dos personagens possuem somente uma importância metodológica para escritor e, portanto, secundária. Assim na referência ao conteúdo do *Libro del Caballero y del Escudero* e no *Libro de los Estados*, somente os pontos doutrinários estão sendo enumerados como os substanciais desta obra, colocando a própria narrativa num papel suplementar³.

A exposição teológica da ordem cristã que rege o mundo *por razon* se revela no *Libro del Caballero y Escudero*. A razão se torna o argumento principal desde o início; mas na sua ausência, o lugar do argumento é ocupado pela fé. Dentre as primeiras perguntas de caráter teológico feitas pelo escudeiro ao cavaleiro ancião, destaca-se *cual es el mayor placer o el mayor pesar que home podra haber*⁴. A resposta dada pelo ancião – o maior prazer seria estar na graça de Deus e o maior pesar, estar em pecado –, aparece

³ Et lo primero comiença en la emienda que el omne deve fazer a Dios por sus yerros. Et qué pro ha en demandar consejo.[Et] cuánto bien a en la humildat... JUAN MANUEL, *Libro de los Estados*. (LE) f.95v (cap. XCI) Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Madrid, Biblioteca Nacional, 2006 Reproducción digital del Ms. 6376 de la Biblioteca Nacional (España) ff. 43v-125v em diante :DJM (LE) f.95v (cap. XCI).

⁴JUAN MANUEL, *Libro del caballero y del escudero*. (LCE) f.4v (cap. XX) Alicante,; Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Madrid, Biblioteca Nacional, 2006. Reproducción digital del Ms. 6376 de la Biblioteca Nacional (España) ff. 1r-24v. em diante: DJM (LCE) f.4v (cap. XX).

invertida em relação à pergunta. De acordo com Vicente Cantarino, esta atitude revela uma técnica de teologia escolástica para mostrar a limitação do entendimento pela razão⁵. Assim, mesmo apelando à razão, Dom Juan Manuel acentua a sua inferioridade, por ser um instrumento humano, diante da fé. Nessa inversão, em primeiro lugar coloca-se a afirmação de que o homem é capaz de entender pela razão que havia cometido um pecado e, portanto, estaria privado da graça espiritual. No entanto, ele não pode saber, pela razão, se possui essa graça, já que a graça espiritual não pode ser objeto de entendimento. Sendo assim, o estado da graça pode ser inferido, mas não percebido pela razão. Por isso, a graça pode ser entendida como ausência de desgraça, constituindo o maior pesar que um homem pode ter, de acordo com o personagem sábio de Dom Juan Manuel.

A graça é introduzida na obra como um “atributo” indispensável a um cavaleiro, pois, de acordo com Juan Manuel, somente pela graça o cavaleiro consegue livrar seu estado e sua vida dos perigos materiais e espirituais que o cercam pelo caminho⁶. Já o título XXI da Segunda Partida, elaborada ao mando do rei Alfonso X, aponta a vergonha e a boa linhagem como os critérios principais pelos quais se destacam os cavaleiros, cuja honradez deriva do seu ofício.

Na primeira e segunda lei, do título XXI, estabelece-se uma relação direta entre a cavalaria, a nobreza e a fidalguia. Ser cavaleiro passa a significar pertencer a um estado cujos membros são *escojidos*, eleitos – são a elite de uma sociedade tripartida, compondo uma de suas ordens. O critério principal pelo qual esta eleição é realizada passa a ser *buen linage*. Com a justificativa de que somente os homens de *buen linage* têm a *vergüença*. *...que la vergüença vieda al cauallero que non fuya de la batalla e por ende ella'l faze seer vencedor, ca mucho touieron que era mejor el omne flaco e sofridor quel fuerte e ligero pora foyr*⁷. A definição de boa linhagem também está sendo bem clara no título

⁵ CANTARINO, Vicente. Ese autor que llaman Don Juan Manuel. *Actas del VIII Congreso de la A.I.H.*. Madrid, Istmo, 1986, I, p. 329-338, p. 333.

⁶ “A lo que me preguntastes que cosa es caualleria, vos respondo que la caualleria es estado muy peligroso et muy onrado. Otrosi, a lo que me preguntastes commo se puede auer et guardar, vos [dire] que la puede omne auer et guardar con la gracia de Dios et con buen seso et con vergüença. [Et] la gracia de Dios ha mester el cauallero commo aquel que toma estado en que vn dia nunca puede seer seguro; et la gracia de Dios le ha de mantener la onra que deue ganar por sus obras, et [le] a de guardar et de defender el cuerpo et el alma de los perigos en que anda cada dia, mas que ningun omne de mayor otro estado; et la gracia de Dios [le] ayuda[ra] et le fara auer seso para fazer [sus] fechos commo deue, et quer[r]a que aya uergüença de fazer lo que non deua. Et todas estas cosas nin otro bien ninguno non puede auer el cauallero, que duradero le sea nin que aya buen acabamiento, si non lo que oviere por la gracia de Dios.” DJM (LCE) f.3r (cap. XIX).

⁷ SIETE PARTIDAS: II:XXI:II.

XXI – o indivíduo deve possuir três gerações de antepassados que se destacam pelas qualidades próprias a um cavaleiro: *esfuerzo, et honra et poderio*⁸. Contando com tais antepassados, o homem passa a ser concebido pela lei como *fijo de algo*, sendo a fidalguia associada à cavalaria⁹.

Dom Juan Manuel não se preocupa com a definição metódica e minuciosa do indivíduo apropriado para ser distinguido como cavaleiro. Para ele, a manutenção de todos os critérios que destacam o cavaleiro se deve à graça de Deus, que o autor coloca acima de tudo: *et la gracia de Dios le ha de mantener la onra que deue ganar por sus obras, ...et la gracia de Dios quer[r]a que aya uergüença de fazer lo que non deua*¹⁰. O mesmo ocorre com a razão do ofício. Nas *Siete Partidas*, o grupo cavaleiresco é elevado socialmente em razão de seu vínculo com a construção do reino, através da defesa da terra: *los caballeros á quien los antiguos decian defensores, lo uno porque son mas honrados, et lo al porque señaladamente son establescidos para defender la tierra et acrescentarla*¹¹. No *Libro del Caballero e del Escudero* de Dom Juan Manuel, os laços com a terra e o reino são ignorados e a função do cavaleiro se resume a defender *los otros*, os quais, em razão disto, *deuen pechar et mantener a ellos*¹². O mesmo acontece com o conceito de honra cavaleiresca; na obra de Dom Juan, a honradez não deriva mais do ofício, mas sim da investidura. Enquanto isso, a investidura deixa de ser um rito para designar os mais honrados e passa a ser um sacramento que concede a honradez. *Et por [que] semeja mucho a los sacramentos... es [el] mas onrado et mas a[lto]estado que entre los legos puede ser*¹³.

Investidura

Ao mesmo tempo é difícil ignorar a pouca atenção que Dom Juan Manuel dá ao próprio rito da investidura. Ao passo que as *Siete Partidas* dedicam quatro leis a todo o processo cerimonial – desde o momento em que o escudeiro se prepara para receber a investidura, até o momento em que a espada é descingida com todo o significado político e institucional conferido pelo legislador aos gestos e movimentos –, Dom Juan resume o

⁸ SIETE PARTIDAS: II:XXI.

⁹ Et por ende los fijosdalgo deben seer escogidos que vengan de derecho linage de padre et de abuelo fasta en el quarto grado a que llaman bisabuelos SIETE PARTIDAS: II:XXI:II.

¹⁰ DJM (LCE) f.3r (cap. XIX).

¹¹ SIETE PARTIDAS II:XXI.

¹² DJM (LCE) f.3r (cap. XVIII).

¹³ DJM (LCE) f.3v (cap. XVIII).

ato com poucas palavras: *Otrosi, la caualleria a mester que sea y el sennor que da la caualleria et el cauallero que la reçeibe et la espada con que se faze. Et asi es la caualleria conplida, ca todas las otras cosas que se y fazen son por bendiciones et por aposturas et onras*¹⁴. Juan Manuel toma a investidura cavaleiresca como ordenação sacramental igualada à ordenação sacerdotal, um rito que define não a construção social, mas um ofício que pertence a uma hierarquia teológica¹⁵.

Enquanto isso, as *Siete Partidas* fazem questão de afastar a cavalaria do clero, mostrando claramente, a partir de suas leis, que a ordem dos *bellatores* não possui vínculos com a ordem dos *oradores*, introduzindo um rito de investidura que insere o cavaleiro num complexo sistema de vínculos, tanto horizontais como verticais. Dom Juan Manuel descreve a cerimônia de investidura de uma maneira seca, eliminando todos os vínculos e sistemas de sujeição e dominação, pretendendo ocupar espaço na formação dos novos pretendentes à cavalaria e carregando um marco ideológico bem distinto da produção alfonsina. O *Libro del caballero e escudero* ignora por completo o rito de investidura alfonsino e, conseqüentemente, todo o significado jurídico e político com o qual está revestido, porém demonstra uma evidente influência do *Libro del orden de caballeria* de Raimundo Lúlio. A influência luliana na obra de Juan Manuel pode ser percebida não somente pela reprodução da forma da fábula cavaleiresca e sua relação com a fábula pedagógica (ermitão educador que se encontra com o escudeiro ensinando-lhe sobre a ordem de cavalaria), mas também em seu próprio conteúdo, nos símbolos e figuras literárias utilizados, que remetem a uma concepção das armas do cavaleiro como signos de uma missão teológica¹⁶.

Assim como elaborador das *Siete Partidas*, Raimundo Lúlio se dedica a uma descrição detalhada do cerimonial da investidura. Porém, o rito do escritor maiorquino é muito mais complexo do que o apresentado pelo título XXI, pois, além dos gestos e movimentos próprios da investidura, Raimundo Lúlio prevê um exame para o escudeiro que deseja ingressar na ordem, indica o tema do sermão que deve ser pronunciado durante a cerimônia e destaca o papel do presbítero que conduz a parte religiosa do rito,

¹⁴ Ibid.

¹⁵ RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesus. *Ciudadanía, soberanía monárquica y caballería. Poética del orden de caballería*. Madrid, Akal, 2009, p. 49.

¹⁶ No *Libro de tres razones*, Don Juan Manuel reproduz algumas passagens sobre a simbologia das armas em Raimundo Lúlio.

designando-o como cavaleiro espiritual. Mas o que mais atrai Dom Juan Manuel é a diferença na concepção do ofício de cavaleiro. Enquanto nas *Siete Partidas* a obrigação principal do cavaleiro é a defesa da terra, Raimundo Lúlio designa como ofício a defesa da santa fé católica¹⁷. Dom Juan Manuel capta, na capacidade luliana de aproximar a ordem de cavalaria ao mundo eclesiástico, a possibilidade de criação de um novo marco político que superaria a construção da autoridade elaborada pelo modelo jurídico régio.

A concepção teológica do mundo promovida tanto pelos textos de Raimundo Lúlio, como pela produção sapiencial da corte de Sancho IV, cujos marcos transparecem nas obras juanmanuelinas, diferenciava-se da verdade do direito construída por meio da sabedoria aristotélica. O que permite a Juan Manuel justificar sua posição senhorial fora do sistema criado pelo título XXI da Segunda Partida, no qual a investidura cavaleiresca pretendia ser uma ocasião, por um lado, de solidarizar e apaziguar a elite militar e, por outro lado, de conseguir a fixação juramentada de cada um de seus membros às categorias que a legislação alfonsina concebia como *naturais*. Estas categorias, o *senhorio natural*¹⁸ e a *terra*, constituíam as duas instâncias vinculadas à *naturaliza*, um sistema dentro do qual o rei é concebido como senhor natural inquestionável do seu reino e que passa a incluir também a cavalaria como um dos vínculos naturais, cuja violação constituiria um crime. Ignorando as *Siete Partidas*, Dom Juan aproveita a ideia de cavalaria missional, de Raimundo Lúlio, para explorar os vínculos teológicos da nobreza, deixando-a livre da proposta alfonsina de uma categoria política ou civil.

Raimundo busca, ao longo de sua obra, aproximar a ordem da cavalaria e o mundo eclesiástico, utilizando várias analogias para comparar a ambos: “Assim como os clérigos, por honesta vida, por bom exemplo e por ciência, têm ordem e ofício de inclinar as gentes à devoção e à boa vida, assim os cavaleiros, por nobreza de coração e por força

¹⁷ LLULL, R. *Llibre de l'Orde de Cavalleria*. Barcelona, Editorial Barcino, 1988. II:II. “Ofício de cavaleiro é manter e defender a santa fé católica pela qual Deus, o Pai, enviou seu Filho ... Daí que, assim como nosso senhor Deus elegeu clérigos para manter a Santa Fé com escrituras e com provações necessárias, pregando aquela aos infiéis com tão grande caridade que até a morte foi por eles desejada, assim o Deus da glória elegeu cavaleiros que por força das armas vençam e submetam os infiéis que cada dia pugnam em destruir a Santa Igreja. Por isso, Deus honrou neste mundo e no outro tais cavaleiros que são mantenedores e defensores do ofício de Deus e da fé pela qual nos havemos de salvar.” Tradução de Ricardo Costa disponível em:

<http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria>

¹⁸ CHAMBERLAIN, R. S. The Concept of the Señor Natural as Revealed by Castilian Law and Administrative Documents *The Hispanic American Historical Review* Vol. 19, No. 2 (May, 1939), p. 130-137. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2507437>

das armas, mantêm a Ordem de Cavalaria¹⁹”. Quando o corpo do cavaleiro se modifica por meio do armamento, junto com o corpo, se modifica a alma. Cada peça do armamento tem, para Raimundo Lúlio, um significado simbólico-teológico: a espada é a figura da cruz de Cristo, as peças da armadura são as virtudes; assim o cavaleiro se identifica dentro de seu estado, de sua ordem e de seu ofício cuja origem é teológica. O cavaleiro juanmanuelino, por sua vez, pertence ao melhor estado entre os leigos pelo fato da entrada neste estado ser semelhante ao sacramento religioso. Este sacramento eleva o cavaleiro acima dos outros leigos, criando um vínculo especial com o divino²⁰. Um vínculo que Juan Manuel afirma como necessário em razão do perigo que o estado cavaleiresco atribui à vida do indivíduo a ele pertencente²¹, além de ser o único existente em razão da cavalaria.

O lugar do cavaleiro na ordem social do *Libro de los Estados*

No *Libro de los Estados*, dedicado a exposição e elucidação da ordem social e dos preceitos pelos quais a sociedade é regida, a cavalaria é apresentada dentro desta ordem, como um dos componentes do estado dos defensores. Na realidade, tratando da cavalaria, o *Libro de los Estados* transcreve o conteúdo de uma das obras mais recentes do autor, a qual ele mesmo se refere: o *Libro de Caualleria*. Embora esta obra – a principal de Dom Juan dedicada à cavalaria – não tenha chegado até os nossos dias, podemos deduzir alguns pontos do seu conteúdo através dos comentários que o autor faz em relação a ela no *Libro de los Estados*.

Enquanto no título XXI da Segunda Partida o ofício de defensores é assimilado à cavalaria que, por sua vez, é identificada com a nobreza, Juan Manuel separa os defensores em duas categorias: os nobres e não nobres. Aos defensores nobres pertencem todos os estados nobiliárquicos, desde os imperadores e reis até os simples cavaleiros, sendo todos eles *fijos de algo*. Porém, o estado dos defensores, para Dom Juan Manuel, não se restringe aos *fijos de algo*; ao lado dos nobres, o autor apresenta outro tipo de

¹⁹ LÚLIO, Raimundo. *op.cit.* Tradução de Ricardo Costa disponível em: <http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria>.

²⁰ Et asi todo omne se debria guardar de fazer malas obras por que Dios non gelo acalonnaseen este mundo nin en el otro. Et mayor mente los caualleros, que an tanto mester la gracia de Dios para les guardar las almas etpara los mantener en este mundo en onra et sin verguença, et para les guardar de los peligros en que todo el dia andan, mas que ningunos omnes de otros estados... DJM (LCE) f.22 v (cap. XLVI).

²¹ Et, fijo, bien credque en todos los estados de los omnes non ay ninguno, segund razón, en que los omnes sean mas aparejados para non beuir mucho commo en estado de caualleria. DJM (LCE) f.22 r (cap. XLVI).

defensores, grupo em que inclui todos os homens não nobres que participam de uma ação armada tanto de cavaleiros como de peões:

En pos estos ay otros defensores que non son fijos de algo. Et estos son asi commo los oficiales que ponenlos sennores por las tierras e en sus casas y los otros omnes que biuen en las vilas que non son omnes fijos dalgo nin biuen por mercadoria nin por menesteres que fagan que labren por sus manos que son omnes en la guerra y cunplen para ellamuchos y non son omnes fijos dalgo. Et estos son asi commo adables y almocadenes y ballesteros y otros omnes de cauallo y de pie que ponen por escuchas y por atalayanes y por atajadores para guardar la tierra. Et otros peones que se an de guiar por estos que son dichos²².

Estas diferenças no tratamento da categoria dos defensores provocam o questionamento a respeito das mudanças qualitativas que poderiam ter acontecido durante os cinquenta anos que distanciam os documentos a que estamos nos referindo. Como durante estes anos sucede a definição dos limites de um grupo, que até a primeira metade do século XIII se encontrava numa indeterminação, tendo as suas vantagens muitas vezes derivadas de uma mera circunstância de combater a cavalo? Para Dom Juan, como podemos ver neste trecho, os defensores não se assimilam à fidalguia, e um combatente a cavalo, mesmo pertencendo ao estado dos defensores e possuindo os privilégios econômicos, não necessariamente pertence ao grupo dos *fijos de algo*.

Los defensores que non son fijos de algo...

Ao definir a cavalaria como elemento articulador da nobreza no famoso Título XXI, as leis das *Siete Partidas* não levam em conta a cavalaria cidadina, não por ignorá-la, mas pelo fato de não ser ela o objeto que Alfonso X pretendia ordenar naquele momento. No entanto, o rei não queria deixar a cavalaria vilã fora da categoria militar elitizada. Isso fica claro quando analisamos as estratégias de promoção da cavalaria vilã realizadas pelo rei nos anos 60 do século XIII.

A divisão dos defensores em nobres e não nobres, apresentada por Juan Manuel, se distingue efetivamente do quadro esboçado pelas *Siete Partidas*, o que nos incita a nos aprofundarmos nessa questão analisando fontes adicionais, principalmente aquelas que dizem respeito às cidades: estamos falando de foros, cartas de doação, *libros de repartimiento* e *cartas de población*. A primeira coisa que nos salta aos olhos é que foi justamente Alfonso X quem começou a criar a separação entre cavaleiros fidalgos e

²² DJM LE fol. 67v.

cavaleiros do concelho municipal da cidade. A célebre fórmula de outorgamento aos *caualleros*, *omnes buenos e todos los vecinos* da cidade no reinado de Alfonso é, em vários casos, modificada para indicar *caualleros fijosdalgo*, *cibdadanos*, *omnes buenos vezinos e pobladores*²³. Podemos acompanhar essas transformações pelo foro e privilégios de Toledo, confirmado por Fernando III, em 1222, os quais, em 1251, foram concedidos por ele a Sevilha e, em 1253, confirmados por Alfonso X. Em 1222, Fernando III se refere a *vobis concilio Toletano, militibus, civibus; tam Moçarabis quam Castellanis...*²⁴. Já em 1251, o privilégio dado à cidade de Sevilha aponta: *Damos uos a todos los vezinos de Seuilla comunalmente fuero de Toledo, et damos et otorgamos de más a los caualleros todas las franquezas que han los caualleros de Toledo*²⁵. Em 1253, confirmando o privilégio dado pelo seu antecessor e outorgando à cidade algumas terras nas proximidades, Alfonso X dispõe: *Et yo, por fazer bien e merçet a todos los fijosdalgo, e a todos los cibdadanos, e a todo el Pueblo del conceio de la muy noble cibdad de Seuilla... dóles e otórgoles...*²⁶.

Considerando as cartas de doação referentes às cidades de Sevilha, Jaén, Córdoba e algumas outras, identificamos que os cavaleiros fidalgos que faziam parte dos povoadores dessas cidades recém-conquistadas eram beneficiados em troca da obrigação militar que contraíam para com o rei. A cada benefício, correspondia uma unidade militar, que poderia ser o próprio cavaleiro ou alguém colocado em seu lugar. Além de participar da hoste régia, o beneficiado deveria fazer parte de força militar da cidade, caso esta cidade tivesse necessidade de ser defendida. Os cavaleiros vilãos também participavam da hoste régia e defendiam a cidade, faziam parte da sua força militar e ocupavam, ao mesmo tempo, alguns cargos importantes dentro do concelho da cidade. A primazia na hierarquia honorífica dos cavaleiros de linhagem parece ser evidente; porém, do ponto de vista dos privilégios, na maioria dos casos não há nenhuma diferença. Nesse sentido, Alfonso X retoma e amplia a política de seu pai, Fernando III, concedendo vários

²³ GONZALEZ JIMENEZ, Manuel. (Ed.), *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*. Sevilla, El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991 (em diante: DAAX), p. 219: “Alfonso X concede al concejo de Sevilla el almojarifazgo de Lebrija. Damos e otorgamos a todos los caualleros fijosdalgo, e a todos los cibdadanos, e a todos los omnes buenos vecinos e pobladores de la noble cibdat de Sevilla...”

²⁴ GARCIA- GALLO, Alfonso. *Los Fueros de Toledo. Anuario de historia. del derecho español*. Madrid, 1975, p. 485.

Disponível em <http://www.ayto-toledo.org/archivo/otrosr/documentos/fueros.pdf>

²⁵ DAAX, p. 81.

²⁶ DAAX, p. 83.

privilégios às cidades castelhanas e a Estremaduras, priorizando justamente a cavalaria urbana como principal força militar preparada para a guerra. A priorização da elite militar citadina pelo poder régio foi uma das razões pelas quais sucedeu a acentuação das diferenças entre os cavaleiros vilãos e peões, favorecendo a prevalência dos primeiros no controle dos assuntos municipais²⁷.

O documento de 6 de dezembro de 1253, já mencionado aqui, contém várias informações que podem esclarecer a questão. Neste documento, Alfonso X confirma o privilégio de Fernando III à cidade de Sevilha. A primeira parte de documento reproduz a concessão de Fernando III, o qual, baseando-se nos foros e privilégios toledanos, define quem deve ser considerado cavaleiro para poder gozar das isenções e privilégios a estes concedidos: *mandamos por fuero de Sevilla que el que touier cauallo que uala cinquenta maravedis que se a escusado de las cosas em que es escusado em Toledo*²⁸. Além disso, o privilégio de Fernando III outorga a honra de cavaleiros aos moradores do bairro dos francos e aos do mar, com a condição destes irem todo ano para a hoste do rei. O próprio *Fuero de Toledo*, cuja recopilação é atribuída a Alfonso VII,²⁹ é ainda mais flexível no que diz respeito à entrada na cavalaria: *Et quisquis ex illis equitare voluerit, in quibusdam temporibus equitet, et intret in mores militum*³⁰.

Já Alfonso X, confirmando o mesmo documento, faz questão de distinguir *fijos dalgo, cibdadanos* e *todo el Pueblo del conceio*. Estes *fijos dalgo* são provavelmente os 200 cavaleiros fidalgos que, em setembro do mesmo ano, receberam as posses dentro de Sevilha por participar da conquista da cidade³¹. Assim, através desses e de outros documentos, podemos ver que Alfonso, desde os primeiros anos do seu reinado, aponta a primazia da fidalguia dentro das cidades da Estremadura. Um elemento não muito correspondente ao espaço urbano, se lembrarmos de que os traços definitórios da fidalguia, no ambiente da corte do século XIII, são pertencer a um solar e uma linhagem³². A ideia de linhagem, como demonstrou Rafael Sanchez Saus, nasce do solar, que expressa

²⁷ O'CALLAGHAN, Joseph. *El rey Sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla, Universidad de Sevilla, 1999, p. 130.

²⁸ DAAX, doc. 80, p. 81.

²⁹ GARCIA- GALLO, Alfonso. *op. cit.*, p. 473.

³⁰ E se alguém quiser cavalgar que cavalgue e entra nos costumes de cavaleiros (trad. nossa). *Ibid.*, p. 175.

³¹ DAAX, doc.65, p. 61.

³² SANCHEZ SAUS, Rafael. Caballeros e hidalgos en la Castilla de Alfonso X. *Alcanate IX*. 2014-2015, p. 177-210, p. 194.

a consciência de posse de um patrimônio em comum, ligado a uma determinada localização geográfica, e começa a se formar primeiramente no norte do rio Douro. Já nas cidades, principalmente na região de Estremadura, foram os privilégios dados aos cavaleiros que formaram a força militar efetiva que os caracterizava dentro da população da cidade³³.

Os cavaleiros *fijosdalgo*, distinguidos por Alfonso X, aparecem nos documentos relacionados a Andaluzia e Murcia. A concessão de posses aos 200 cavaleiros *fijosdalgo* na cidade de Sevilha, já mencionada acima, define que estes cavaleiros eram, além de *fijosdalgo*, *naturales* de Alfonso e, junto com ele, participaram da tomada de Sevilha. O documento não indica se sua fidalguia vinha da linhagem ou como consequência de *servicio que fizieron* combatendo os mouros; porém as condições sob as quais os bens são recebidos lembram muito as condições de cavalaria vilã. De acordo com a carta de concessão, os cavaleiros devem manter na cidade de Sevilha a sua casa principal, vivendo na cidade junto com a família pelo menos durante doze anos, a partir da data da concessão. Devem manter seu armamento e o cavalo de guerra, fazendo hoste ao rei durante três meses ao ano, junto com os cavaleiros citadinos. Os cavaleiros *fijosdalgo* devem obedecer ao foro como qualquer outro morador da cidade e receber a sua parte junto com os outros cavaleiros, caso o concelho determine divisão de alguns bens da cidade entre os cavaleiros. A única diferença que percebemos, em comparação com os privilégios anteriores dados aos cavaleiros da cidade, é o prazo de doze anos, após o qual o cavaleiro *fijodalgo* não tem mais obrigação de manter suas armas, nem de ir à hoste, podendo vender sua propriedade e abandonar a cidade.

Dessa maneira, se introduz um elemento novo na cidade. Por um lado, esses cavaleiros *fijosdalgo* passam a fazer parte da cidade ao lado da elite urbana; por outro, são *naturales*, ou seja, vassalos diretos do rei e obtêm todos os privilégios desta condição. Em outubro de 1268, temos um documento parecido, no qual Alfonso concede posses dentro da cidade de Jerez a quarenta cavaleiros de linhagem. Estes cavaleiros não são colocados desde o princípio como homens do rei; no entanto, uma das condições da concessão é que *sean siempre nuestros vassalos e de nuestros herederos*³⁴. A mesma

³³ Ibid.

³⁴ DAAX, doc. 352, p. 380.

condição é imposta aos cavaleiros que possuem herdamentos em Murcia³⁵. Os herdeiros desses cavaleiros beneficiados pelo rei também deviam aderir ao serviço régio. Caso não houvesse descendentes diretos, a condição principal de transferência do benefício era que esses fossem de linhagem e fossem capazes de continuar no serviço do rei.

As concessões e os privilégios régios dados à cidade de Alicante nos fornecem um exemplo curioso. Em agosto de 1252, concedendo ao concelho de Alicante diversas aldeias que seriam integradas na jurisdição da cidade, o documento outorgado pelo rei é dirigido *a todos los cavalleros et a los cibdadanos et a los moradores et a todos los pobladores del conceijo de la villa de Alicant...*³⁶. Em outubro de 1252, concedendo a Alicante o foro de Córdoba, o documento distingue os moradores da cidade somente em *caualleros e pobladores*, repetindo e ampliando a famosa fórmula do foro de Toledo:

Si algún peón quisiere caualgar o podier en algún tiempo, caualge et entre en las costumbres de los caualleros, ellos et sus fijos et sus herederos ayan todas las heredades firmes et estables por siempre et uendan et compren unos dotros et den a qui quissieren et cada uno faga su uoluntad de su heredad³⁷.

O documento não só divide os moradores pelo exercício militar que podem desempenhar (a cavalo ou sem cavalo), como também permite aos peões alcançar com facilidade a condição cavaleiresca hereditária, desde que disponham da capacidade econômica de manter armamento apropriado. Já o documento de janeiro de 1257 nitidamente outorga aos cidadãos capazes de representar uma unidade militar equipada com cavalo e armas de nível superior de determinado valor ou unidade militar marítima apropriada às franquias correspondentes às dos *fijos de algo* de Toledo³⁸. Cinco meses

³⁵ Et todos los caualleros que y fueren heredados et moraren y, que sean nuestros uasallos et del infante don Ferrando, nuestro fijo primero et heredero, et non de otro ninguno; e qualesquier que fuessen uasallos de otros, pierdan los heredamientos que y ouieren e nos que lo demos a otros que sean nuestros uasallos o a qui nos touieremos por bien. Privilegio rodado por el que concede a los pobladores de Murcia el Fuero de Sevilla y da una amplia serie de disposiciones sobre la administración, justicia, exenciones tributarias, enseña, sello, anchura de las calles, etc. In: TORRES FONTES, Juan. (ed) *Documentos de Alfonso X el Sabio*. Murcia, 2008, p. 138.

³⁶ Concediendo al concejo de Alicante diversas aldeas para integrarlas en su término. Ibid., p. 31.

³⁷ Concediendo al concejo de Alicante el fuero de Córdoba y las franquicias de Cartagena. Ibid., p. 35.

³⁸ ...a todos los burgueses et a todos los marineros et a todos los balesteros de cauallo que son moradores et vezinos de la villa de Alicant, a los que agora y son moradores et a los que y serán daqui adelante pora siempre jamas, doles et otorgóles a los burgueses que estudieren guisados de caualllos et de armas et a los balesteros de caualllos et de ballestas et el cauallo que vala de trenta morauedis alffonsis arriba, et a los marineros que fueren sennieros de nauios arma dos o lennios cubiertos que ayan en la villa de Alicante, los fueros et las franquezas que an los caualleros fijosdalgo de Toledo. Concediendo a los que mantuviesen caballo y armas, a los marineros que tuviesen navios armados y a los balesteros de caballo de Alicante los fueros y franquicias que tenían los hidalgos de Toledo. Ibid., p.66.

depois, o mesmo privilégio foi concedido aos vizinhos de Cartagena³⁹. Isso significa que a participação da povoação dos territórios recém-conquistados dos muçulmanos possibilitava a elevação social dos dispostos a promover a ação militar nas terras fronteiriças. Por outro lado, o rei, na conquista e na organização destes novos territórios que passavam a ser integrados ao seu senhorio, faz questão de repovoá-los com os homens que estariam ligados a ele com os laços de vassalagem. Nos documentos que analisamos, entre as várias cidades, somente Lorca possui uma disposição que permitia àquele que possuísse propriedades dentro do município servir a um senhor que não fosse o rei ou seu primogênito: *que todo cauallero de Lorca pueda tomar soldada de sennor*⁴⁰. Assim a política régia visava ao mesmo tempo repovoar os territórios recém-conquistados e, aproveitando estes movimentos populacionais, constituir um novo círculo de vassalos, os quais iriam exercer os cargos de governo nas cidades régias.

Embora o cavaleiro *fijodalgo* dentro do espaço citadino apareça só a partir dos documentos alfonsinos, não devemos atribuir os valores cavaleirescos somente à corte. Isso porque a cavalaria das cidades estava provida de uma consciência de grupo unido não somente pelo ofício, mas também pelos valores. Assim, no foro de Córdoba, dado por Alfonso X ao concelho de Ecija⁴¹, identificamos não só a possibilidade de acesso à honra cavaleiresca aos dispostos e capazes de combater a cavalo, mas também a extensão desta honra e dos privilégios que dela derivariam à família do cavaleiro. Partindo da definição de Maria Isabel Perez de Tudela y Velasco, para quem a honra, na concepção do século XIII, pode ser vista como uma dimensão que permite determinar a colocação de cada indivíduo na hierarquia social⁴², percebemos que a honra cavaleiresca, tanto nas *Siete Partidas*, como em outros documentos relacionados aos cavaleiros, não possui uma gradação para diferenciar os cavaleiros citadinos dos *fijosdalgo*. O indivíduo, ao cumprir as condições senhoriais ou urbanas, é considerado digno da honra cavaleiresca.

³⁹ Privilegio rodado por el que concede a todos aquellos vecinos de Cartagena que tuviesen caballo y armas, así como a los dueños de navíos de guerra, los fueros y las franquicias de los hidalgos de Toledo. Ibid., p. 81.

⁴⁰ Privilegio rodado concediendo a Lorca el Fuero de Córdoba y dando disposiciones complementarias sobre diversos aspectos del desarrollo de la población. Ibid., p. 226.

⁴¹ DAAX, doc. 312, p. 334.

⁴² PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, Maria Isabel. Ideário político y orden social en las Partidas de Alfonso X. *En la España medieval*. Madrid, 14, 1991, p. 183-200.

Não podemos ignorar que a fidalguia, ao ser mencionada no espaço urbano pelos documentos alfonsinos, passa a ocupar a primeira posição na enumeração dos que ocupam posições relevantes nas cidades, ficando somente ao lado da dignidade cavaleiresca. Muitos autores veem nisso o início de um longo processo de enobrecimento dos cavaleiros vilãos. De acordo com Manuel González Jiménez e Rafael Sanchez Saus, a própria condição de vassalo do rei já igualava o *status* social destes homens com o *status* do estrato inferior da nobreza. Manuel González Jiménez, depois de vastos estudos dos diplomas reais e documentação particular, assegura que a denominação *omne del rey*, no reinado de Alfonso X, é largamente utilizada para designar um amplo conjunto de pessoas unidas ao rei ou infante herdeiro pela vassalagem direta, sendo elas de condição fidalga ou cidadina, mas pertencendo ao grupo de cavaleiros⁴³.

Não podemos afirmar com toda certeza que a união da cavalaria urbana e cortesã sob a vassalagem régia foi um projeto sistematicamente realizado por Alfonso X. No entanto, os historiadores⁴⁴ concordam que a introdução do elemento fidalgo e a criação de vínculos diretos de vassalagem com os que compunham as principais forças políticas na urbe, que Alfonso começa desde os primeiros anos de seu reino, faz parte da estratégia de imposição do *Fuero Real*. A estratégia foi acompanhada de vários privilégios fiscais e econômicos para os cavaleiros da cidade, os quais por sua parte apoiaram a promulgação do *Fuero Real* nas suas cidades em detrimento dos foros antigos⁴⁵.

Em 1264, *El privilegio general concedido a las Extremaduras* promove um conjunto de medidas que, de acordo com Sanchez Saus, supõem uma *autentica mutación* nas relações entre os cavaleiros citadinos e o rei⁴⁶. Para reagir à insatisfação dos poderes municipais com a implantação do *Fuero Real*, garantir a vigência do código e instigar a construção do modelo de monarquia forjado na legislação, Alfonso precisava da cavalaria. Neste modelo, a cavalaria estava destinada a se tornar um dos principais suportes, através do qual se garantiria a força militar necessária para as empresas reais.

⁴³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Los hombres del rey: El vasallaje regio en el ámbito de las ciudades castellanas (1252-1295). Las élites en la historia*. Valencia, Editorial Pre-textos, 2013, p. 205-229.

⁴⁴ RUIZ, Teófilo. The transformation of the Castilian municipalities: the case of Burgos 1248-1350. *Past and Present*, 77, 1977, p. 3-32. Disponível em: <http://past.oxfordjournals.org/content/77/1/3.citation> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Los hombres del rey...*

⁴⁵ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Los hombres del rey...*

⁴⁶ SANCHEZ SAUS, Raul. Caballeros e hidalgos en la Castilla de Alfonso X. *Alcanate IX*, 2014-2015, p. 177-210, p. 187.

Assim como os vassallos régios, ocupando cargos importantes, os cavaleiros forneciam apoio aos interesses do rei nos concelhos das cidades. Esta é a razão pela qual Alfonso pretendia atrair para seu serviço exclusivo os grupos militares citadinos, por meio de uma relação que pressupunha o vínculo vassálico. Em vários de seus trabalhos, Manuel González Jiménez qualifica o *Privilegio General de Extremadura* como um verdadeiro salto qualitativo na política alfonsina em relação à cavalaria⁴⁷. Além de confirmar os privilégios anteriores, o rei incorpora medidas que implicariam na conversão dos cavaleiros vilãos em vassallos diretos e exclusivos do rei ou do infante herdeiro, reservando somente a eles o direito de desempenhar vários cargos nos concelhos municipais, além de receber os 500 soldos de soldada vassálica⁴⁸. Até aquele momento, este tipo de relação entre o cavaleiro e o rei era exclusivamente reservada à cavalaria de linhagem; no entanto, o vínculo de vassalagem não era estranho ao meio citadino, de modo que muitos grandes nobres criavam tais laços com cavaleiros vilãos. O privilégio da Extremadura não só propõe este tipo de relação aos cavaleiros da cidade, como ainda faz questão de motivar os vassallos dos ricos homens e infantes a passar para a vassalagem régia, tanto pela compensação econômica, como também por vantagens políticas (o rei restringe a ocupação dos principais cargos municipais aos seus vassallos).

Otrossí por fazerles mayor merçed, otorgamos que los otros cavalleros que fueron fechos fata el dia del era deste privilegio, **de los infantes e de los ricos omnes que quisieren venir a nos**, e que nos dieremos nuestras cartas de otorgamiento como los nuestros vassallos, que ayan aquesta onrra de los quinientos sueldos e todas estas franquezas e las otras que han por nuestro privilegio. **E los que desta guisa non vinieren** a nos non le dieremos nuestras cartas e fueren vassallos de los infantes o de los ricos omnes, **que non ayan los quinientos sueldos, nin nengun portiello en la villa**, nin nengunas destas franquezas que en esta privilegio dize, nin de las otras que ante les oviesemos dadas.⁴⁹
(Grifos nossos)

⁴⁷ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Alfonso X y las oligarquías urbanas de caballeros. *Glossae*, Vol 5-6, 1994. Disponível em:

<https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/27883/1/10-%20Alfonso%20X%20y%20las%20oligarqu%C3%ADas%20urbanas%20de%20caballeros.pdf>

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre fueros, concejos y política municipal de Alfonso X, *II Congreso de Historia, II: Edad Media*, Albacete, 2000; JIMÉNEZ, M. *Los hombres del rey...*

⁴⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Los hombres del rey: El vasallaje regio en el ámbito de las ciudades castellanas (1252-1295)*. In: *Las élites en la historia*. Valência, Editorial Pre-textos, 2013. p. 205-229. SANCHEZ SAUS, Raul. Caballeros e hidalgos en la Castilla de Alfonso X. *Alcanate*, IX (2014-2015), p. 177-210.

⁴⁹ IGLESIA FERREIROS, Aquilino. El privilegio general concedido a las Extremaduras en 1264 por Alfonso X edición del ejemplar enviado a Peñafiel el 15 de abril de 1264. *Anuario de historia del derecho español*, N° 53, 1983, p. 456-522.

Após o conflito com a nobreza, em 1272, Alfonso acabou interrompendo a sua política em relação às cavalaria urbanas. Mesmo assim, nas décadas seguintes começa a se desenvolver, em Andaluzia e Estremaduras, uma identificação cada vez mais evidente dos grupos cavaleirescos, com a afirmação de um estilo de vida próprio e a priorização da linhagem, à maneira da cavalaria cortesã fidalga. No início do século XIV, é no espaço urbano que os cavaleiros citadinos e cavaleiros fidalgos se unem pela cavalaria a ponto de criar uma *hermandad* em comum, que se apresenta como defensora dos interesses do rei-criança contra os abusos da alta nobreza do reino. Estamos falando da *Hermandad* confirmada pelas cortes de Burgos em 1315.

Através do caderno da *hermandad* que acompanha os cadernos de cortes, percebemos que os cavaleiros citadinos constituíam um grupo de proteção mútua diante das circunstâncias propiciadas pela minoridade do rei: *por razón que nuestro ssennor el Rey es tan pequenno que nos non puede ende ffazer auer derecho*⁵⁰. O concelho de regência, formado em razão da menoridade do rei, era composto por, além de Maria de Molina, mais dois tutores eleitos entre os membros mais notáveis da alta nobreza castelhana. Como notou Jesus Rodriguez Velasco, trata-se da mesma alta nobreza que resiste à qualquer tentativa de constituição de uma jurisdição central, encarnada na pessoa física e política do monarca⁵¹. Assim, a *Hermandad ...que los caballeros hijosdalgo y hombres buenos de los reinos de Castilla, León, Toledo y las Extremaduras hicieron para defenderse de los tuertos y daños que les causasen los tutores durante la menor edad de D. Alfonso XI...*⁵² assume o papel que há décadas fora atribuído à cavalaria por Alfonso X – apoiar a jurisdição monárquica frente às reivindicações da alta nobreza.

...por ende todos abenida miente ponemos e ffazemos tal pleyto e tal postura e tal hermandat que nos amemos e nos queramos bien los vnos ales otros e que seamos todos en vno de un coracon e de vna voluntat para guardar sennorio e seruicio del Rey e todos sus derechos que á e deue auer, e para guarda de nuestros cuerpos e délo que aliamos e de todos nuestros fueros e ffranquezas e libertades e Buenos vsos e costunbres e priuilegios e cartas e quadernos que auemos todos e cada vnos de nos, e mercedes délos rreyes que tenemos e dcuemos auer con derecho, et para que' se cunpla e se faga la justicia en la tierra conplida

⁵⁰ Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla. Em diante: (CLC) Madrid, Imprenta y estereotipia de M. Rivadenera, v. I, 1861 p. 248 disponível em:

<https://books.google.es/books?id=jP1TRHsJ9-wC&printsec=frontcover&hl=es> CLC, I, p. 284.

⁵¹ RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesus. *Ciudadanía, soberanía monárquica y caballería*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p. 63.

⁵² CLC, I, p. 247.

miente commo deue, meior que se non fizo ffasta aqui, e biuamos en paz e en asosego, por que quando nuestro sennor el Rey ffuere de iiedat ffallo la tierra meior parada e mas rrica e meior poblada para su seruicio⁵³.

Os estudos sobre a *Hermidad* de 1315, chamada também de *Hermidad General*, apontam para sua exclusividade. Jesus Rodriguez Velasco assinala que, tanto as instituições cavaleirescas anteriores como as posteriores à *Hermidad* de 1315 praticam uma separação crucial entre os cavaleiros nobres e não nobres, enquanto a *Hermidad* une ambas as categorias numa verdadeira ordem de cavalaria⁵⁴. Além do mais, a *Hermidad* não está ligada a nenhum local geográfico, a nenhuma cidade em particular. São *caballeros hijosdalgo y hombres buenos de los reinos de Castilla, León, Toledo y las Extremaduras*, que não só enviam os seus representantes para as Cortes de Burgos, como impõem aos tutores a presença permanente de doze dos seus representantes na Corte ao lado do rei⁵⁵. Cesar González Mínguez aponta que as decisões das cortes anotadas nos cadernos demonstram a enorme força política que a *Hermidad* alcançou durante a menoridade de Alfonso XI⁵⁶. De certa maneira, nota o autor, “as Cortes foram um instrumento nas mãos dela e através das decisões tomadas nestas, a *Hermidad* conseguiu um elevado grau de controle do governo dos tutores, limitando a sua capacidade de tomar decisões sem aprovação dela”⁵⁷.

González Mínguez acentua a extraordinariedade da aliança entre os nobres e os concelhos, que se reproduz na *Hermidad*; contudo, não percebe nela nada além da oportunidade que ambos os setores aproveitaram para conseguir o poder e controlar os tutores. Para Jesus Rodriguez Velasco, o essencial está não na diversidade dos grupos que compõem a *Hermidad*, mas no componente principal que os une: a cavalaria⁵⁸. Unidos pela vassalagem régia em algum momento, os cavaleiros citadinos e os cavaleiros fidalgos passam a ser concebidos como *todos en vno de un coracon e de vna voluntat*⁵⁹ para enfrentar a alta nobreza do reino ligada aos tutores régios. Porém, com o fim da

⁵³ CLC, I, p. 248-249.

⁵⁴ RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesus. *Op. cit.* p. 65.

⁵⁵ “Otrossí ordenamos que anden doze caualleros e ornes buenos, los seys délos fijos dalgo e los seys de los caualleros e omnes buenos délas villas, con el Rey” CLC, I, p. 257.

⁵⁶ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, Cesar. *Aproximación al estudio del Movimiento Hermandino en Castilla y Leon. Medievalismo*, 1, 1991, p. 35-55. Disponível em: <http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50221>

⁵⁷ *Ibid.*, p. 45.

⁵⁸ RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesus. *Op cit.*, p. 61-101.

⁵⁹ CLC, I, p. 248.

Hermandad definitivamente expressa por Alfonso XI nas Cortes de Valladolid de 1325⁶⁰, as instituições cavaleirescas promovidas pelo rei separam rigorosamente fidalguia e burguesia. Sabemos que a *Orden de la Banda* assume o papel, nem sempre bem-sucedido, de união da nobreza, representada pela cavalaria, com a monarquia sob controle total da última. Já no caso da cavalaria citadina, esta se institucionaliza através das várias confrarias locais para garantir a jurisdição régia dentro do espaço urbano.

Dom Juan Manuel conhece bem a atuação destas confrarias, como *Adelantado* maior do reino de Murcia (1284-1339), pelo mais de meio século de tensões e conflitos com o concelho murciano⁶¹, que apela aos seus direitos e privilégios recebidos do rei. Assim, os cavaleiros citadinos são vistos por ele como oficiais da instituição jurisdicional régia, que estende seu poder aos concelhos municipais: *Et estos son asi como los oficiales que ponen los sennores por las tierras y en sus casas y los otros ombes que biuen en las villas que non son omnes fijos dalgo...*⁶². Dom Juan, aceitando a pertinência ao estado dos defensores às oligarquias urbanas que compõem as forças militares das vilas, não admite sua atribuição à cavalaria, a qual concebe como exclusiva da nobreza e da fidalguia.

Los fijos dalgo que son los nobles defensores...

À ordem de cavalaria, segundo Juan Manuel, só podem pertencer os *fijos dalgo* que exercem a função militar. No *Libro de los Estados*, o autor usa pela primeira vez a fidalguia para identificar toda a nobreza. *Sennor infante, porque vos sodes del estado de los defensores, por ende vos fable primeramente en los estados de los fijos dalgo, que son los nobles defensores*⁶³, diz Julio, dando um denominador comum para as condições, ou *estados*, como os chama o próprio autor, de nobreza expostas no livro anteriormente. Assim, a fidalguia une o infante⁶⁴, o rico homem e um simples cavaleiro. A própria palavra “cavaleiro” possui para Juan Manuel um sentido ambíguo: é ao mesmo tempo *postrimer estado que há entre los fijos dalgo e la mayor honra aque omne fijo dalgo*

⁶⁰ Otrossi les otorgo los quadernios queles dio el Rey don Fferrando mio padre en las cortes que el ffizo, aquellos que non ffablan de hermandades. Et ssilos mios tutores algunos priuillegios o cartas les dieron o mercedes les fficieron después que el Rey don Fferrando mio padre ffinó aca, que melos muestren, e librarlos he commo la mi merced fuere. CLC, I, p. 386.

⁶¹ TORRES FONTES, Juan. Murcia y Don Juan Manuel. Tenciones y conflicto. Em: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia, Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p. 353-383.

⁶² DJM (LE) f. 97v (Lib I cap. XCII).

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ca pues infantes sodes, non podedes decir que non sodes fidalgo. DJM (LE) f. 96v (lib. I cap. XCI).

*puede legar*⁶⁵. Desse modo, o autor admite que a cavalaria pode designar tanto a condição mais baixa de nobreza, quanto a ordem que, por sua vez, une toda a nobreza por seus valores socioculturais.

Assim, a cavalaria pode ser a maior honra a ser alcançada pelo homem ou a última das categorias fidalgas; mas, em qualquer caso, está associada à nobreza. Considerada como uma ordem ou como condição social, a cavalaria de Dom Juan Manuel não é ofício de um guerreiro combatente a cavalo. Sem dúvida, o cavaleiro não deixa de ser um combatente a cavalo, mas também é mais do que isto. O que primeiramente define o seu estado são: *Sangre, costumbres, buenas maneras*. As oligarquias urbanas que se definem como cavaleiros, inclusive, não recebem esta designação de Juan Manuel. Eles pertencem ao estado de defensores, mas não pertencem à cavalaria. Já nas *Partidas*, a cavalaria, como ordem e como ofício, era aquilo que representava o estado dos defensores.

Através do *Libro de los Estados*, sabemos que Juan Manuel escreveu mais de uma obra dedicada à cavalaria – *De la caualleria*. Pelo que indica sua breve descrição, os pontos levantados nessa obra acompanham, em muitos momentos, o Título XXI da *Segunda Partida* alfonsina: *Como la caualleria fue primera mente ordenada... como deuen ser los caualleros escogidos y de como deuen ser fechos caualleros y de la onra que an después que lo son y de las cosas que deuen guardar a Dios y a la ley y a los sennores y a todo el otro pueblo...*⁶⁶. Isso demonstra que, no início de sua atividade literária, Juan Manuel estava mais próximo às ideias de seu tio Alfonso X, talvez pelo fato de que seus projetos ainda acompanhavam a política régia do jovem Alfonso XI, com quem pretendia casar a sua filha. Por isso, o modelo cavaleiresco inicial proposto por Juan Manuel, pelo que podemos julgar a partir da breve descrição que chegou até nós, não se desvincula do modelo régio dos defensores da terra e do povo. Ainda assim, a função religiosa aparece em primeiro lugar, pois primeiramente devem guardar Deus, depois a lei e só depois os senhores e todo povo. Nas obras posteriores, o modelo cavaleiresco de Juan Manuel se desvincula completamente do modelo régio, o qual abrange a nobreza política e civil *sub manu regis*.

Apesar de não vincular a cavalaria à defesa da terra, Dom Juan não dispensa a relação natural. Ele aprimora o discurso alfonsino sobre vassalagem e *naturaleza*. Mas,

⁶⁵ DJM (LE) f. 96v (lib. I cap. XCI).

⁶⁶ DJM (LE) f. 96r (Lib I cap. XCI).

ao contrário de Alfonso, para Juan Manuel, a vassalagem não é uma das formas de *naturaleza*. Dom Juan apresenta ambos os vínculos interpretando a vassalagem como uma relação contratual, que surge do desejo de ambas as partes, e a *naturaleza* como uma relação determinada pelo pertencimento ao mesmo espaço geográfico.

Et la razon por que los omnes son naturales de los sennores es porque ellos y los donde ellos vienen son poblados y visquieron en su heredad. Et por que segund dizen todos los sabios que el luengo vso se torna en naturaleza, por ende los que de luengo tiempo nasçieron y viuieron y murieron en vn sennorio y non saben de otro es les ya naturaleza⁶⁷.

Assim, *naturaleza* seria um vínculo determinado por Deus⁶⁸ e, por isso, o *mayor deudo* entre os homens. Para Juan Manuel, este *deudo* é recíproco, do mesmo modo como aparece nas *Siete Partidas*. No entanto, esta reciprocidade é definida de uma maneira diferente. Ao analisar o discurso de Juan Manuel sobre a *naturaleza*, não podemos descartar a posição que o próprio autor ocupa nessa corrente de vínculos e deveres: ao mesmo tempo que possui o vínculo de *naturaleza* com o rei, é o senhor vinculado a múltiplos *naturales* das terras onde exerce os direitos jurisdicionais. Todavia, sabemos que em 1327, Juan Manuel rompe a relação natural com o rei, depois de este desfazer o compromisso com sua filha Constanza Manuel, encerrando-a no castelo de Toro. Assim, no seu discurso sobre *naturaleza* no *Libro de los Estados*, ele justifica tal ato apelando ao texto das *Partidas* e transformando-o. Não é um discurso de um senhor preocupado em afirmar uma integração territorial e uma identidade comum entre os seus *naturales*, mas o discurso de um *natural* que rompe o *mayor deudo* existente entre os homens. Ele precisa justificar que tal atitude está dentro do sistema de valores em torno da *naturaleza*, já que, sendo senhor natural de muitos, está interessado em manter a ordem estabelecida.

Enquanto nas *Siete Partidas* a *naturaleza* é um fundamento para a consolidação territorial, através da relação com um senhor natural (rei) e um senhorio (reino), o indivíduo se integra a uma comunidade política com limites territoriais definidos, com o objetivo de proporcionar o bem comum dentro deste território. Para Juan Manuel, o vínculo se baseia numa relação pessoal. Ele aponta para uma relação habitual entre nobreza e monarquia centrada, entre outros aspectos, no serviço régio, o qual, prestado pela nobreza, foi ostentado pelos membros desta, na teoria e na prática, não como uma

⁶⁷ DJM (LE) f. 93r (Lib.I cap.LXXXVII).

⁶⁸ “Et asi pues Dios tanta merçed faze a los sennores em darles buenas gentes que sean sus naturales...” Ibid.

obrigação, mas como um direito gerador de recompensas⁶⁹. Assim, Dom Juan começa o seu discurso sobre *naturaleza* e vassalagem insistindo nas obrigações mútuas: *Otrosi uso quiero decir que es lo que deuen guardar al sennor los vassalos e los naturales. Et otrosi que es lo que el sennor deue guardar a los vassalos y a los naturales...*⁷⁰. Outro importante detalhe nesse discurso é que se pressupõe que ambos os lados da relação pertençam à nobreza, diferenciando-se somente o nível de poder. O povo, assim como o objetivo do “bem comum”, estão excluídos desta relação. Uma das *penas* nas quais pode *caer* o vassalo por não cumprir suas obrigações era *non seer par del fijos dalgo*; ao mesmo tempo, *natural de algun rey o de algun sennor deue guardar todas las cosas que el vassalo*⁷¹, quer dizer, participar do mesmo tipo de relação. As principais condições que um natural deve cumprir, em relação ao seu senhor, confirmam que o autor, quando se refere ao natural, tem em mente um guerreiro, um membro da nobreza capaz de promover ações militares que, contudo, não podem sob nenhum pretexto lesar o senhor natural.⁷²

Ao contrário do término da relação de vassalagem, que pode acontecer por acordo mútuo, a desnaturalização só pode ocorrer caso uma das partes não cumpra suas obrigações em relação à outra. No *Libro de los Estados*, Juan Manuel argumenta, usando o texto das *Siete Partidas*, que um senhor poderia desnaturalizar e expulsar da sua terra, privando-o de todos os bens, um natural que promovesse ações militares contra ele. Tal ato é considerado traição e leva ao rompimento do vínculo natural. No caso do natural, este pode abandonar o seu senhor se tentar matá-lo sem julgamento, se tirar seus bens e posses injustamente ou se tiver algum caso com sua mulher. A estes argumentos alfonsinos, Dom Juan acrescenta que a culpa do senhor é, sem dúvida, sempre maior pelo fato de ser um senhor mais poderoso do que seus *naturales*; por isso, os *naturales* devem ser desprovidos de medo ou de cobiça.

O discurso sobre a *naturaleza*, de Dom Juan Manuel, se baseia nas *Siete Partidas*, porém, ele comenta e amplia o texto da legislação, interpretando-o para justificar as suas ações. O que nos interessa neste discurso é que as noções de povo e de terra, essência das

⁶⁹ QUINTANILLA RASO, Maria Concepción. La nobleza señorial en el reinado de Alfonso X. Constitución y representación. *Alcanate IX*, 2014-2015, pp.137-175 p. 142.

⁷⁰ DJM (LE) f. 92r (Lib. I cap. LXXXVI).

⁷¹ Ibid.

⁷² “...y deuel sienpre guardar tres cosas la primera quel nin mate nin le fiera nin entre contra el en lid la segunda que non le fuerçe nin le furte nin conuata villa nin catiello la tercera que el non ponga fuego en su tierra quemando casa adrede en la tierra.” DJM (LE) f. 92r (Lib. I cap. LXXXVI).

Siete Partidas, estão excluídas da relação de *naturaleza*. *Naturaleza*, assim como vassalagem, é uma relação pessoal entre os homens *fijos dalgo*, que devem agir de acordo com valores cavaleirescos. Para não desenvolver o discurso com mais detalhes, o autor sugere a todos consultarem sobre esse assunto no seu livro *Cauallaria*⁷³. Isso nos leva a entender que, para Juan Manuel, o vínculo natural ou vassálico pressupõe que os integrantes desta relação sejam *fijos dalgo*, cujo modo de ação é determinado por valores cavaleirescos exclusivos da nobreza. Assim, para Juan Manuel, todos os moradores da urbe que não pertencem à nobreza são igualados aos *labradores*, estado cujos representantes não criam vínculos de vassalagem ou de *naturaleza*, mas prestam serviço, sendo nomeados como oficiais.

Et como quier que em las villas ponen por sus oficiales de los ruanos e de los mercaderos. Et asi los mas de los oficios tienen estos omnes destos estados. Et esto fizieron y fazen los reyes y los sennores por que los omnes de criazon y de las villas non se atreuen a tanto como los nobles defensores nin los sennores non los deuen catar tanta onra nin a ver tan grant verguença como de lo que recabdan sin embargo⁷⁴.

Isso comprova mais uma vez que, quando Alfonso outorga, em 1264, aos cavaleiros citadinos o privilégio de *Estremadura*, cria com eles um vínculo que os enobrece somente pelo fato de o rei os incluir em um extrato social capaz de criar vínculos recíprocos. E, sendo os cavaleiros citadinos capazes de manter o vínculo de vassalagem, podem também ser considerados cavaleiros, o que permite a Alfonso entender que a cavalaria também seja um vínculo natural. Já na concepção de Juan Manuel, a cavalaria não é um vínculo; apesar de a investidura ser como um sacramento, ela não gera *debto* do investido em relação àquele que o investiu. A cavalaria, como percebida por Dom Juan, é a adoção de um modo de vida virtuoso, pelo qual um *fijo dalgo* salva sua alma.

Quando, através das *Siete Partidas*, a cavalaria incorpora-se a um modelo político, abrangendo, deste modo, toda a nobreza do seu reino, o modelo ético cavaleiresco já estava firmemente estabelecido na Península Ibérica adquirido pelos câmbios culturais com a cristandade ocidental unida pela ideia de cruzada. Os ideólogos da cruzada, na opinião de Jean Flori, propõem abandonar a milícia secular para entrar na milícia de

⁷³ DJM (LE) (cap XCI) El xcjo capitulo fabla en commo Julio dixo al infante que buscasse El libro de la caualleria que fiziera don Iohan y otro que llaman El libro del cauallero y del escudero ...

⁷⁴ DJM (LE) f. 98r.(lib. I cap. XCIII).

Cristo⁷⁵. Esta missão religiosa da cavalaria não coincidia com o projeto político dos monarcas castelhano-leoneses, na passagem dos séculos XIII-XIV, que pretendiam unificar a nobreza em torno de uma instituição cavaleiresca. Todavia, justamente a este aspecto religioso da cavalaria recorreu Dom Juan Manuel na sua oposição à política de Alfonso XI. Adotando a visão teocrática de mundo construída pela fórmula Iuliana, de acordo com a qual o ofício de cavaleiro coincidia não mais com a defesa da terra, mas com a defesa da santa fé católica, Dom Juan elabora seu próprio discurso em torno da cavalaria.

Dom Juan Manuel pretende superar os vínculos de dependência propostos pelo modelo jurídico das *Siete Partidas*. Para tal, conduz a cavalaria do plano sócio-político para o plano teológico, distinguindo como função primária do cavaleiro não a defesa da terra, como apontam *Siete Partidas*, mas a defesa da fé e a salvação da alma. Assim, o cavaleiro juanmanuelino não está inserido na estrutura sócio-política do reino pelo vínculo construído a partir da investidura; ele adota uma missão que o incumbe de uma vida virtuosa e cheia de perigos defendendo a fé católica. Esse argumento pode justificar mesmo uma ação militar voltada contra o rei. Além do mais, a cavalaria de Juan Manuel está imprescindivelmente vinculada à fidalguia e à nobreza, explicitamente excluindo a cavalaria cidadina, a qual Alfonso X pretendia trazer para sua vassalagem direta. Já que os cavaleiros citadinos se enquadram perfeitamente na construção que identifica a cavalaria com a função defensora, mas não condiz com a cavalaria de Juan Manuel, que aponta a missão religiosa como marco distintivo do estado cavaleiresco. Esta missão religiosa juanmanuelina não gera *debtos*, mas une toda a nobreza, que deve atuar em sua função.

⁷⁵ FLORI, Jean. *A cavalaria. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo, Madras editora, 2005, p. 136.